

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br

www.sintrajusc.org.br

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)

Miriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)

Tiragem: 800 exemplares

Nº 1052

Jornal mente ao distorcer fala do representante do governo

O jornal *Correio Braziliense*, em sua edição desta quinta-feira, 18, em uma tentativa clara de confundir os leitores e colocar a opinião pública contra os servidores do Judiciário Federal e do MPU, mentiu mais uma vez ao dizer que "Judiciário receberá subsídio", conforme afirma o título da matéria. De forma deliberadamente mal-intencionada, o que parece ser uma matéria "plantada" por setores que atuam contrários aos interesses dos trabalhadores, o texto mente quando afirma que o governo federal aceitou a proposta de remuneração por meio de subsídio.

A matéria, explicitamente tendenciosa, deixa de informar, no entanto, que o representante do governo afirmou, durante a audiência pública, que não é competência do Executivo tomar a decisão de mudar a forma de remuneração dos servidores do Judiciário, por se tratar de uma prerrogativa exclusivamente do STF. Além disso, ele foi enfático ao dizer que o Planejamento não é o interlocutor dos debates a respeito do reajuste dos servidores do Judiciário e MPU. "Nós, do Ministério do Planejamento, temos especialmente a incumbência de analisar o impacto orçamentário. [...] Eu já tive a oportunidade de discutir tanto com a Fenajufe, com o Sinasempu. Já tive o prazer de recebê-los para discutir várias questões, mas não somos interlocutores da negociação com esse segmento", afirmou Duvanier.

"O modelo existe, mas nós achamos que não são todas as carreiras da administração pública federal

que devem receber o subsídio. Nós achamos que o subsídio seria adequado para as carreiras das áreas chamadas de áreas de atuação exclusivas de Estado, especialmente onde o servidor público, na sua atuação, se confunde com a presença do Estado", disse ainda Duvanier. Essa declaração confirma o conteúdo mentiroso da matéria do jornal, uma vez que o Judiciário Federal e o Ministério Público da União não são consideradas, em Lei específica, carreiras exclusivas de Estado. Vale lembrar, ainda, que o artigo dos atuais PCSs que transformavam a categoria em carreira típica de Estado, em 2006, foi vetado pelo presidente Lula, o que comprova que essa não é uma questão pacífica dentro do próprio governo federal.

É importante que fique claro, ainda, que, embora o governo federal veja com simpatia o subsídio como forma de remuneração, o secretário de Recursos Humanos do MPOG não apresentou, durante a audiência pública, qualquer posicionamento ou contraproposta do governo a respeito do reajuste dos servidores. Ele considerou, no entanto, que o impacto do subsídio é maior do que o do projeto original. "Tem uma planilha aqui que o subsídio é até maior que o impacto original, mas não me parece que é pela modalidade do subsídio, mas porque a tabela é outra. Normalmente, a forma de subsídio tem que ter um impacto menor", pontuou Duvanier.

Deve ser destacado, também, que o objetivo da audiência pública era debater formas de remuneração

neração e que, no entendimento da Fenajufe e do próprio STF, essa é uma questão de mérito, cujo debate já havia sido superado na Ctasp (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público). Além disso, a audiência pública não se tratava de uma mesa de negociação, para que o representante do governo pudesse adotar qualquer tipo de encaminhamento, conforme disse, de forma maldoça, a matéria do *Correio Braziliense*.

A Fenajufe orienta que todos entrem na página da Câmara, no link:

<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/webcamara/ao-vivo/transmissoes-do-dia/videoArquivo?codSessao=00019174#videoTitulo>, e ouçam a gravação da audiência pública. Assim, todos poderão confirmar a ação mentirosa do *Correio Braziliense*.

Da Fenajufe

Lewandowski e Policarpo pedem apoio de Sarney à aprovação do PL 6613

Depois de incluir o impacto da implementação do PL 6613/09, o PCS, em seus orçamentos e enviá-los ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Judiciário retomou o trabalho de articulação junto ao Poder Legislativo. Na noite desta quarta-feira, 17, o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, na companhia do deputado Roberto Policarpo (PT-DF), reuniu-se com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), no intuito de pedir seu

apoio à aprovação do projeto.

Segundo matéria publicada na página do Sindjus-DF, o presidente Sarney se comprometeu a apoiar o reajuste dos servidores e, além disso, pautar o assunto junto ao presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS). Esse encontro foi importante porque além de Sarney ser um nome de peso do governo, após ser aprovado na Câmara, o PL 6613 seguirá para o Senado.

Do Sindjus-DF

Benefícios de Órgãos da JT serão nivelados em 2012

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho (TST) aprovou nesta segunda-feira, 15, a revisão da proposta orçamentária da Justiça do Trabalho relativa ao exercício de 2012 para incluir o aumento dos limites de pagamento de benefícios, de modo a nivelar os valores relativos ao auxílio-alimentação e assistência pré-escolar em todos os Órgãos da Justiça do Trabalho.

Pela primeira vez, os Tribunais Regionais do Trabalho poderão usar os mesmos valores pagos

pelo TST. Em 2012, o valor do auxílio-alimentação concedido pelos Regionais subirá de R\$ 630 para R\$ 710. Já a assistência pré-escolar passará de R\$ 400 para R\$ 561.

A unificação dos valores dos benefícios foi definida após negociações encabeçadas pelos Tribunais Superiores, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) junto à Secretaria de Orçamento Federal.

Do TST

Caravana de SC vai a Brasília na próxima semana lutar pelo PCS!